

BOLETIM

GEOCORRENTE

Nº 157 • 09 de março de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (University of Birmingham)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN) Noele de Freitas Peigo (Facamp) Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

Rodrigo Oliveira Dutra Marcílio (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: <u>Estreito de Bosforus</u> Por: Wikimedia Commons Fonte: Wikimedia Commons

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/PL-Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na <u>home page da EGN</u> e em nossa <u>pasta do Google Drive</u>.



PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)
Vivian de Mattos Marciano (EGN)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle) Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (EGN) Izan Reis de Araujo (USP) José Martins Rodrigues Junior (UFRJ) Luciano Veneu Terra (UFF) Matheus Souza Galves Mendes (EGN) Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ) Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN) Rafael Esteves Gomes (UFRJ) Taynah Pires Ferreira (UFRJ) Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio) Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ) Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF) Pedro Allemand Mancebo Silva (PUC-Rio) Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF) Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ) Thaïs Abygaëlle Dedeo (Université Paris 3) Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (IBMEC)
Luís Filipe de Souza Porto (UFRJ)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philipe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFRJ)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ) Amanda Neves Leal Marini (ECEME) Dominique Marques de Souza (UFRJ) Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ) Melissa Rossi (Suffolk University) Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ) Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ) Pedro Mendes Martins (ECEME) Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University) Vitor Ferreira Lengruber (UCP)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio) Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ) Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ) Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ) Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ) Lucas Mitidieri (UFRJ) Marina Soares Corrêa (UFRJ) Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN) Bruno Gonçalves (UFRJ) Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ) Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP) Raquel Torrencilha Spiri (UNESP)



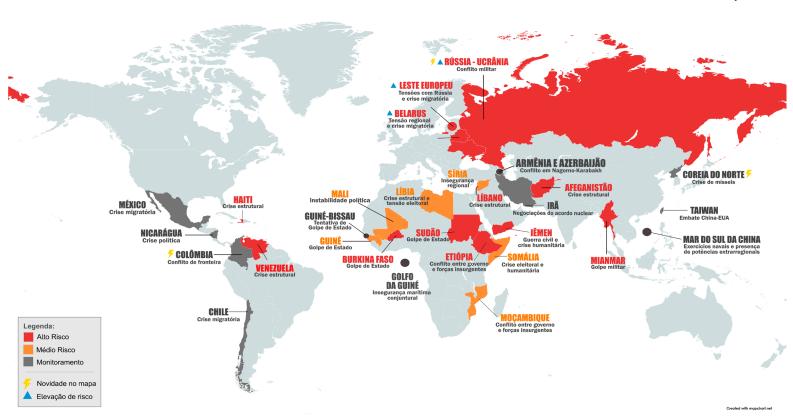
ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL Relações estratégicas Argentina x China: Malvinas e Belt and Road	RÚSSIA & Ex-URSS Três possíveis desdobramentos para o conflito entre Rússia e Ucrânia
	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Isadora Novaes e Vitória França



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "Our World in Data", publicado no dia 08 de março de 2022.

Por: lasmin Gabriele e Victor Cabral



ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

Total de doses aplicadas					
Países	Milhões	por 100 pessoas	População imunizada (%)*	Vacinas	
China	3.160	226	88%	• • • • •	
Índia	1.788	131	59%	• • •	
Estados Unidos	554	167	65%	0 0	
Brasil	395	187	74%		
Indonésia	352	130	55%	• • • • •	
Japão	233	185	79%	• • •	
Paquistão	217	100	46%		
Bangladesh	216	132	53%	• • • •	
Vietnã	197	205	80%	• • • •	
México	183	144	62%		

^{*}Percentual da população imunizada com duas doses ou dose única

CanSino	•	Sinopharm/Beijing	0
Covaxin		Sinopharm/Wuhan	
Johnson&Johnson		Sinovac	•
Moderna	•	Sputnik V	•
Oxford/Astrazeneca	•	ZF2001	•
Pfizer/BioNTech	•	EpiVacCorona	•

Fontes: Our world in data; The New York Times

AMÉRICA DO SUL

Relações estratégicas Argentina x China: Malvinas e Belt and Road

Luciano Veneu

Desde o final da Guerra das Malvinas em 1982, as restrições da indústria de defesa britânica à Argentina contribuem para a obsolescência das Forças Armadas do país sul-americano. Assim, os principais fornecedores de equipamento bélico ocidentais tornaram-se inacessíveis ao país, obrigando-o a buscar novos meios com a Rússia e, principalmente, com a China, que, no início de 2022, declarou seu apoio às reivindicações argentinas sobre as Malvinas, além de um investimento de US\$ 23,7 bilhões em infraestrutura. Portanto, quais são os objetivos geopolíticos de ambos os países com essa aproximação?

Há décadas que a defasagem dos meios militares argentinos é motivo de preocupação governamental. Com os embargos britânicos a produtos com destino à Defesa, e com a crise econômica do país, a Força Aérea desativou seus últimos caças supersônicos, passando a operar apenas alguns antigos aviões de ataque, como o *A-4 Skyhawk*, veterano das Malvinas. Como solução, a Argentina encaminha a compra de 12 caças sinopaquistaneses *JF-17*, que não possuem altos custos e nem partes britânicas, estando imunes às restrições. Dessa forma, se efetivada a compra, a Argentina voltará

a operar um caça moderno com capacidades atualizadas, agregando, assim, o respaldo militar à sua reivindicação diplomática acerca da posse das Malvinas.

Com a adesão à *Belt and Road*, a Argentina se torna o nono país sul-americano a participar da iniciativa chinesa, além de, agora, apoiar Pequim na questão de Taiwan. A partir do investimento em infraestrutura na região, que também inclui fundos para construção de uma usina nuclear, a China demonstra interesse em uma base logística situada em Ushuaia, na Patagônia. Dessa forma, para o país asiático, essa parceria significa a abertura de oportunidades na América do Sul, com o apoio diplomático da segunda maior economia da região, além de expandir a *Belt and Road* para o Atlântico Sul.

Logo, essa aproximação sugere que a Argentina encontra na China um parceiro internacional capaz de dar suporte econômico ao seu desenvolvimento interno e diplomático apoiando suas demandas externas. Para Pequim, ter Buenos Aires como aliado amplia seu alcance no entorno estratégico estadunidense, projetando-se para além de sua zona de influência imediata e possibilita a implementação de bases no extremo sul atlântico.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p06.

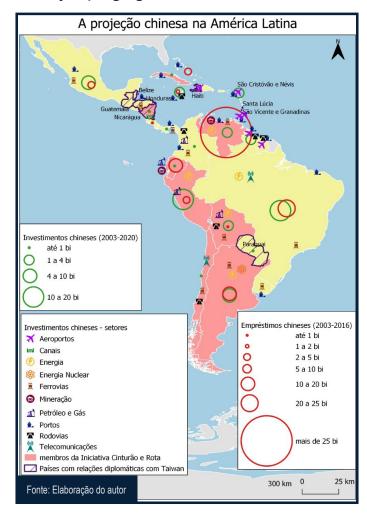
Em um momento em que a Colômbia precisa de investimentos estrangeiros para enfrentar suas crises fiscal e social, seu relacionamento com a China está mudando. O país sul-americano, apesar de ser o principal aliado dos Estados Unidos na região, apresenta-se como um Estado importante para a China, dada sua posição geográfica estratégica. Assim, questiona-se de que maneira a Colômbia pode ser utilizada como um ponto de inflexão da projeção chinesa para além da América do Sul?

Segundo a agência governamental *PROCOLOMBIA*, a China é o país asiático com mais investimentos na Colômbia, sendo o segundo maior parceiro comercial do Estado. Para Pequim, a inserção na região sul-americana é multidimensional: de caráter comercial-financeiro, diplomático e geopolítico. A Colômbia conta com 32 projetos de investimentos de empresas chinesas, por meio de parcerias público-privadas em áreas sobretudo de logística, transporte e infraestrutura, a saber: construção do metrô de Bogotá; frotas de ônibus elétricos; concessão de rodovias; a construção de uma linha de trem na região metropolitana de Bogotá; entre outros.

O país sul-americano possui uma posição geográfica

estratégica com saída para o Mar do Caribe, para o Oceano Pacífico e a conexão terrestre com a América Central. Assim, o crescente estreitamento de laços entre Pequim e Bogotá pode expressar interesses diplomáticos relacionados a Taiwan, haja vista que dos 14 Estados que reconhecem internacionalmente a soberania da ilha, oito estão nas Américas. Desse modo, pode-se aventar a possibilidade de atuação colombiana na intermediação do diálogo entre Pequim com os países da região que ainda mantenham relações diplomáticas com Taipei (Boletim 153).

Com a iniciativa *Belt and Road*, a China busca consolidar parcerias e projetos na América do Sul que vão além do espectro econômico, pois o subcontinente possui um caráter bioceânico, com posição geográfica estratégica entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, ligandose à África, Ásia e Oceania. Assim, o país asiático segue expandindo seus acessos às linhas de comunicação marítimas, estruturas e empreendimentos ao longo da região. Dessa forma, observa-se o viés estratégico existente na aliança sino-colombiana, até mesmo para além do contexto sul-americano.



AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

A paralisia do Corredor Interoceânico do México

Victor Cabral

Ocorredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec é um megaprojeto de desenvolvimento mexicano que pretende conectar por ferrovias e rodovias o porto de Salina Cruz (Oaxaca, litoral Pacífico) ao porto de Coatzacoalcos (Veracruz, litoral Atlântico). Estima-se que o corredor reduza os custos e o tempo das operadoras logísticas de carga, visto que não precisariam se deslocar para cruzar o Canal do Panamá, ao recorrerem aos serviços mexicanos para ultrapassarem os 300 km do istmo que separa os oceanos. Entretanto, tal projeto de projeção internacional encontra alguns desafios, quais são eles?

O ambicioso projeto do governo de Andrés Manoel López Obrador almeja ser mais que uma conexão logística que concorreria com o Canal do Panamá, pois promoveria o desenvolvimento econômico do sul do México, uma das áreas mais pobres do país. Todavia, as obras do corredor enfrentam a resistência de comunidades indígenas que não desejam a alteração permanente de seu território, em troca de benefícios econômicos incertos — situação que nos últimos dois anos tem gerado conflitos armados — com dezenas de mortos.

Outro fator preponderante é a violência do Cartel *Jalisco Nueva Generación*, uma das facções de narcotraficantes mais poderosas do país e com ramificações por toda a América Latina. Os criminosos

atacam as instalações das obras, roubam equipamentos e intimidam trabalhadores. Para conter a resistência local e a violência do narcotráfico, Obrador declarou todos os seus megaprojetos de desenvolvimento como de interesse público e de segurança nacional – incluindo os polêmicos *Tren Maya* e o novo aeroporto internacional da capital, acusados de promover destruição ambiental –, de modo a facilitar incursões das forças de segurança. Entretanto, a medida foi derrubada na justiça por ser inconstitucional.

Inicialmente, o governo pretendia construir dez pólos industriais ao longo do corredor interoceânico antes do fim do mandato presidencial em 2024, mas a insegurança jurídica e a promovida pelo narcotráfico dificultam a conclusão das obras e a atração de investimentos internacionais. Ressalta-se que o corredor interoceânico também serviria de barreira econômica aos migrantes do Triângulo Norte da América Central, que encontrariam nas futuras indústrias locais alternativas de emprego e renda para ali permanecerem, em detrimento do interesse da migração aos Estados Unidos. O plano não é recente e corresponde a uma das fases do Programa Frontera Sur, criado em 2014 por Washington, objetivando auxiliar o México a controlar a mobilidade de centro-americanos. Todavia, com as dificuldades elencadas, a consolidação da conexão oceânica e barreira migratória parece difícil de ocorrer.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p08.

ÁFRICA SUBSAARIANA

Influências diretas e indiretas do Oceano Índico sob o continente africano

Carolina Vasconcelos

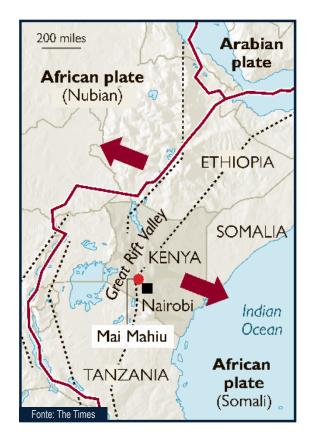
Oceano Índico, em seus mais de 70.560.000 km², é considerado a terceira maior divisão oceânica em volume e extensão do planeta, abrangendo quatro continentes, sendo estes a Antártica, a Ásia, a África e a Oceania. No caso do continente africano, por toda sua costa Leste, há influências diretas (naturais) e indiretas (realizadas pelo homem) neste oceano, tanto por acontecimentos naturais — devido a falhas geológicas, como fendas e ciclones —, quanto por acontecimentos políticos como acordos regionais e disputas territoriais. Dessa maneira, como o Oceano Indico impacta a estabilidade sócio-política africana?

Primeiramente, a intensificação de eventos geofísicos altera diretamente a geografía da região, onde mecanismos de reparação (Boletim 156) e de projeção marítima são realizados com a finalidade de conservar a Costa Africana. A Fenda da África Oriental, por exemplo, constitui-se desde o Golfo de Áden até o Zimbábue, possuindo a projeção de uma divisão do continente em dois, após a ruptura completa da fenda e a possível formação de um novo oceano. Outro aspecto que interfere de forma direta a parte africana da região são os ciclones tropicais que além de alterarem a economia sazonal, causam destruição em massa, devastando o litoral de diversos países africanos em especial os insulares, como Madagascar: a maior ilha do Oceano

Índico afetada pelo Ciclone Batsirai, em 2018.

Em segundo lugar, acontecimentos indiretos no Oceano Índico - tais como tratados, organizações e até disputas territoriais, evidenciam a importância dos recursos naturais e da influência da região. Nesse sentido, a Associação da Bacia do Oceano Índico (IORA, sigla em inglês) é uma organização intergovernamental que atua como um fórum regional, abrangendo países que são banhados pelo Índico, sendo destes, nove pertencentes ao continente africano. Seu objetivo desdobra-se no fortalecimento da cooperação regional e da segurança e proteção marítima junto ao aprimoramento da blue economy entre os países membros, como Comores, Maurício e Moçambique. Por outro lado, causando tensão regional, o conflito marítimo entre Quênia e Somália (Boletim 151) acirram disputas territoriais no Índico dificultando o diálogo entre países da costa Leste africana.

Por fim, mesmo com aspectos geográficos que podem prejudicar determinadas atividades estratégicas entre os Estados banhados pelo oceano, a realização de tratados e organizações que corroboram para o desenvolvimento regional impulsionam a reparação e recuperação de países africanos fronteiriços com o Oceano Índico para os anos seguintes.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p09.

EUROPA

Como o conflito na Ucrânia pode ter "virado a chave" da política externa alemã

Victor Magalhães Longo

Durante a escalada de tensões entre Rússia e Ucrânia, previa-se que a postura da Alemanha frente aos russos, em caso de um conflito aberto, seria tímida, dado o histórico de suas relações bilaterais. Contudo, após o início do conflito, o posicionamento da Alemanha tem sido surpreendente, com destaque para o anúncio da suspensão da certificação do gasoduto *Nord Stream 2*, do aumento dos gastos militares para mais de 2% do PIB ainda neste ano e do envio de armas alemãs para uma zona em conflito, derrubando uma posição tradicional do Estado alemão. Tais ações, há algumas semanas quase que inimagináveis, geram um questionamento: como foi possível que, em poucos dias, o governo alemão mudasse radicalmente as bases da sua política externa para a Europa?

Com o fim da Guerra Fria e a crescente integração europeia, criou-se, principalmente na Alemanha, a ideia de que a integração econômica acabaria com os conflitos no continente, um pensamento alinhado ao seu compromisso de jamais voltar a ser uma potência militar após a Segunda Guerra Mundial. Ademais, ignorando os exaustivos alertas concernentes à sua segurança energética e com um plano bastante acelerado de transição energética com ampla utilização do gás, nas últimas décadas, a Alemanha não tomou medidas para

diversificar seus fornecedores de energia. Pelo contrário, aprofundou suas relações com os russos, acreditando que havia uma dependência mútua e equidistante entre Rússia e Europa. Todos esses preceitos vieram abaixo no último dia 24 de fevereiro.

Os recentes anúncios do chanceler alemão, Olaf Scholz, apontam para uma virada histórica. Além das medidas já mencionadas, o governo tem apoiado duras sanções econômicas contra a Rússia, que inevitavelmente também prejudicarão a economia alemã. Essas mudanças radicais estão sendo possíveis graças a um apoio massivo da opinião pública e à união dos partidos tradicionais da Alemanha, embora seja certo que a resistência às transformações irá crescer quando as dificuldades dessa nova política externa começarem a surgir.

Tendo em vista a posição firme da Alemanha contra a invasão, a necessidade do gás natural russo será a arma geopolítica mais eficiente por parte de Moscou. Agora, o governo alemão precisa urgentemente pensar em como diversificar seu suprimento de energia para fugir da armadilha que armaram contra si próprios. A postura alemã finalmente mudou porque a ideia de que a economia, integração e diplomacia impediriam uma nova guerra fracassou, e o país precisa assumir seu papel inalienável de liderança e segurança do continente.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p10.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

A relevância geoestratégica turca no conflito entre Rússia e Ucrânia

Dominique Marques

invasão da Ucrânia pela Rússia ressalta a relevância da Turquia no teatro de operações compreendido pelo Mar Negro. Detentora legítima dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, a Turquia controla o acesso russo às águas navegáveis ao Mar Negro pelo Mediterrâneo, conforme consignado na Convenção de Montreux em 1936, estabelecendo regras para a passagem de navios nesses pontos focais. Do ponto de vista político, ao mesmo tempo em que o presidente turco Recep Erdogan busca evoluir suas relações com países do Oriente Médio, como Israel e Emirados Árabes Unidos, também percebe a necessidade de melhorar as relações com o Ocidente. No entanto, os fortes laços econômicos com a Rússia e as parcerias estratégicas com a Ucrânia dificultam que Erdogan assuma um posicionamento decisivo. Assim, como a Turquia pode influenciar os desdobramentos do conflito?

Apesar da relação simbiótica entre o presidente russo Vladimir Putin e Erdogan enquanto líderes euroasiáticos que buscam retomar seus papéis de influência regional, é importante ressaltar que a Turquia pertence à OTAN desde 1952. Nesse sentido, mesmo com as recentes

parcerias russo-turcas, como a compra dos sistemas antimísseis *S-400* (Boletim 90), existe um limite nesta colaboração, imposto pela necessidade de impedir que um poder se sobreponha ao outro. Por isso, no recente conflito, a Turquia invocou o Artigo 19 da Convenção de Montreux, limitando a passagem de navios de países em guerra através dos seus Estreitos. Segundo o Ministro de Relações Exteriores da Turquia, Mevlüt Çavuşoğlu, esta decisão pode não resolver o conflito na Ucrânia, mas é a forma de o país se mostrar contrário ao crime humanitário que a Rússia está cometendo contra a população ucraniana.

Ainda que a Turquia venha enfrentando seus parceiros na OTAN e na União Europeia em prol de retomar sua soberania no Mediterrâneo, essa decisão pode ser explicada pela forte crise econômica e política pelas quais o país vem passando. O partido de Erdogan vem perdendo força, tornando o momento muito estratégico para as próximas eleições, em 2023. Com isso, percebese que, mesmo com fortes laços com a Rússia, a Turquia ainda se submete à OTAN em última instância, dadas suas dificuldades econômicas e políticas.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p11.

RÚSSIA & EX-URSS

Três possíveis desdobramentos para o conflito entre Rússia e Ucrânia

Pedro Martins

24 de fevereiro marcou relações internacionais contemporâneas: a invasão do território ucraniano por forças russas. A justificativa do governo russo é a de que a intervenção seria para "desnazificar" e defender as minorias russas presentes no leste da Ucrânia. Apesar de o conflito ter sido iniciado recentemente, já se fala em alterações substanciais na balança geopolítica europeia como a discussão da adesão da Suécia e Finlândia à OTAN e os pedidos de Moldávia e Geórgia de entrada na União Europeia, bem como o impacto no fluxo de refugiados para o Leste Europeu, cujas estimativas orbitam em mais de um milhão de pessoas. Diante de contexto tão incerto, quais as tendências para os desdobramentos desse conflito?

Se as operações russas se limitarem a garantir a independência das províncias separatistas e os ataques às principais cidades servirem apenas a forçar uma capitulação do governo ucraniano, as sanções poderão se restringir a elementos da elite ucraniana e os impactos políticos e econômicos do conflito poderão ser absorvidos. Algumas das sanções nesse cenário seriam a interrupção do funcionamento do gasoduto *Nord Stream* 2, o que poderá ter implicações no preço internacional do petróleo. No entanto, os impactos comerciais e inflacionários das sanções poderiam ser mitigados pelas autoridades econômicas russas.

De outro modo, se as operações visarem a dominar o leste do país e à substituição do Presidente, Volodymyr Zelensky, por um político pró-Rússia, as sanções econômicas e os impactos no preço internacional do petróleo terão impactos relevantes, com grande desgaste do governo russo internamente e uma reordenação da geopolítica europeia, sobretudo no Leste Europeu. Nesse segundo cenário, o impacto no preço do petróleo será mais duradouro e as autoridades russas terão maior dificuldade em mitigar os efeitos econômicos das sanções.

Por fim, se as operações objetivarem a ocupar totalmente a Ucrânia, anexando-a à Federação Russa, então pode-se esperar não apenas o isolamento russo do sistema financeiro internacional, como também problemas políticos - como o levante de repúblicas autônomas do país - e econômicos de relevante gravidade. Estas seriam algumas das consequências advindas do supracitado isolamento e efeitos comerciais e inflacionários prolongados, de um maior envolvimento dos países europeus no conflito bem como uma forte resistência da população civil e dos grupos paramilitares nacionalistas ucranianos.

Nesse sentido, a projeção de cenários para a geopolítica europeia e o sistema internacional após o conflito depende sobretudo da evolução das disputas e das negociações de paz.

DOI 10.21544/2446-7014.n157.p12.

A saída asiática para o mercado energético russo

Filipe Porto e Luiza Guitarrari

A stensões entre Rússia e Ocidente ressaltam o vínculo entre segurança nacional e energética. A Rússia é o maior fornecedor de petróleo e gás natural do continente europeu e, mesmo em cenário de forte interdependência, a energia incrementa seu poder dissuasório. Recentemente, a ofensiva na Ucrânia colocou em voga a interrupção do processo de certificação do *Nord Stream 2*, bem como a necessidade russa de expandir seus mercados. Diante do exposto, Moscou e Pequim firmaram novos acordos energéticos, cabendo avaliar a inserção chinesa nesse cenário.

A Rússia é o segundo maior produtor global de gás natural, com uma reserva comprovada de 37.4 tcm. Apenas em 2021, o país gerou uma receita de US\$ 55 bilhões, a partir da produção de 638.5 bcm de gás, dos quais 155 bcm foram escoados para a Europa e, principalmente, União Europeia. Essa, por sua vez, tem investido na construção de reservatórios de gás natural, energias renováveis e buscado novos mercados no Norte

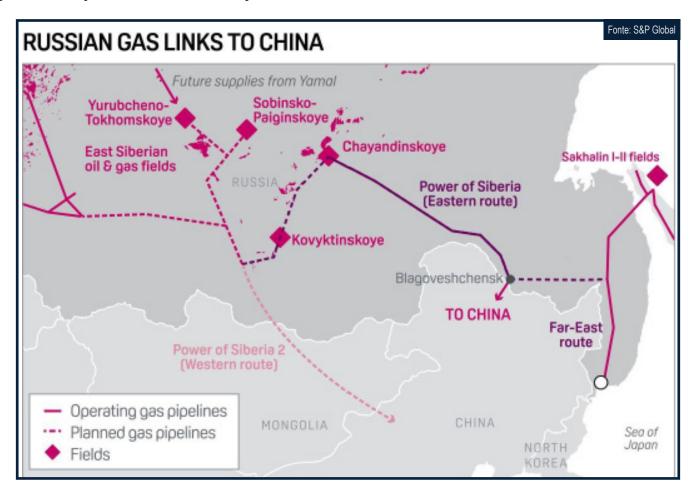
da África e Oriente Médio, por receio às retaliações russas. O bloco pretende reduzir em até ½ suas importações do gás russo. Nesse panorama, Moscou almeja expandir-se para outros mercados a fim de reorientar o escoamento do gás natural, especialmente para a Ásia.

Nesse cenário, a China se apresenta de forma atrativa. Somente em 2021, a Rússia foi o segundo maior fornecedor de petróleo bruto para o país, além de seu terceiro maior fornecedor de gás natural. Nesse interim, em 04 de fevereiro, os líderes dos dois países divulgaram novos acordos a respeito de dois gasodutos: o *Sakhalin I-II*, com origem no Extremo Oriente russo e perpassando as ilhas Sakhalin, no Pacífico; e o *Soyuz Vostok*, com objetivo de conectar-se ao *Power of Siberia II* via Mongólia (Boletim 139). Previstos em US\$ 117,5 bilhões, os acordos dão continuidade às negociações de longo prazo entre as partes, com capacidade de fornecimento anual estimada em 60 bcm. Embora o

transporte de gás percorra uma distância três vezes maior se comparada às estruturas europeias, o acordo prevê gasodutos independentes da Europa.

Assim, os projetos buscam atender as necessidades de China e Rússia em mitigar suas vulnerabilidades perante o Ocidente, em especial nos mercados voláteis de gás natural liquefeito. Todavia, são empreendimentos

de longo prazo que dependem de suas implementações práticas para se fortalecerem como ferramentas de dissuasão. Assim, o preâmbulo das relações sino-russas vislumbra na segurança energética a materialização de seus interesses políticos e o fortalecimento econômico de ambos.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p12-13.

Azerbaijão: alternativa ao gás russo?

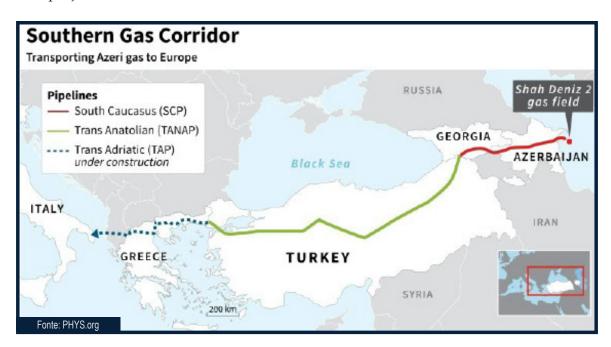
Vitor Lengruber

Tos últimos anos, a Rússia tem sido responsável por fornecer boa parte do gás natural importado pela União Europeia (UE). Não à toa, em momentos de tensão entre Bruxelas e Moscou, como o atual, decorrente da invasão russa à Ucrânia, os debates sobre a segurança energética europeia são retomados com maior afinco. Antes mesmo da concretização das operações russas contra Kiev, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, reiterou o imperativo de diversificação de fontes de gás natural para que a UE pudesse diminuir sua dependência em relação à Rússia. Nesse cenário, poderia o Azerbaijão, através do Southern Gas Corridor (SGC), se tornar um fornecedor confiável para a UE no médio prazo?

Capaz de transportar até 20 bcm de gás por ano, o SGC atende o mercado europeu desde 2020. Segundo Ilham Aliyev, presidente azeri, é esperado que o corredor exporte 7 bcm para a Itália e 4 bcm para a Geórgia, Grécia e Bulgária este ano. Em 2023, a previsão é fornecer 11 bcm diretamente para a Europa, volume suficiente para atender, por exemplo, à demanda húngara. Tais informações, divulgadas na última semana, foram complementadas pelo embaixador azeri no Reino Unido, que afirmou que Baku poderia garantir volumes emergenciais do combustível caso seja demandado pela UE.

Embora o país venha se posicionando como um provedor alternativo de gás para a UE (Boletim 131), três empecilhos impossibilitam o êxito desta tarefa. Primeiro, o volume demandado pela UE não encontra alternativa ao gás russo, que, em 2021, constituiu 155 bcm (45%) de todo o gás importado pelo bloco. Mesmo que fosse capaz de produzir uma quantidade semelhante, faltaria ao Azerbaijão capacitar a infraestrutura do SGC para » transportar o volume. Segundo, priorizar o gás azeri exigiria negociações complexas para o estabelecimento de contratos de longo prazo e a adaptação da infraestrutura da UE para distribuir o combustível a partir da Grécia e da Itália. Terceiro, o gás azeri tende a ser uma opção viável somente para os países do sul da Europa, uma vez que os custos de redistribuição para o restante do continente aumentariam seu preço final.

Portanto, é improvável que, no médio prazo, o Azerbaijão se torne um fornecedor confiável de gás natural para a UE. A incapacidade de Baku produzir uma parcela significativa da demanda europeia, aliada às deficiências da infraestrutura do SGC e da UE, impele Bruxelas a sustentar conversas minimamente pragmáticas com Moscou.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p13-14.

SUL DA ÁSIA

A Índia e a nova estratégia estadunidense para o Indo-Pacífico

Eduardo A. Mangueira e Lucas Mitidieri

No mês de fevereiro deste ano, o governo estadunidense divulgou a nova *U.S.-Indo-Pacific-Strategy*, documento em que destaca a necessidade de se estabelecer enquanto forte ator na região, buscando contrapor os desafios criados pela influência chinesa. O texto também destaca a necessidade de construção da liderança regional indiana, enquanto promotora de estabilidade e equilíbrio de poder. Cabe, então, refletir qual o papel da Índia na postura norte-americana e sua dinâmica em direção ao Indo-Pacífico.

A estratégia estadunidense específica para o Indo-Pacífico é uma das marcas do governo de Joseph Biden. A dita busca por um "Indo-Pacífico livre e aberto" se insere num programa de recuperação da imagem internacional do país e competição com a expansão e influência chinesa na região. Com isso, empreendeu-se um esforço diplomático de aproximação com países do Sul e Sudeste Asiáticos. A Índia se insere nesse contexto como aliada dos Estados Unidos, fundamental para a grande estratégia

estadunidense, fato demarcado de forma emblemática pelo Diálogo de Segurança Quadrilateral, formado por Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão (Boletim 150).

Nesse sentido, a Índia ganha um proeminente papel no Indo-Pacífico enquanto uma liderança regional que irá contrapor a influência chinesa na região. Dentre os investimentos citados, a parceria em defesa a fim de tornar a Índia uma provedora de segurança é reiterada. Isso se mostra vantajoso para Nova Délhi, que, ante à presença chinesa no Indo-Pacífico, necessita elevar seus gastos navais. Ainda, é preciso levar em consideração a crescente militarização indiana em suas fronteiras: o país possui conflitos com a China na Linha de Controle Real (LAC, sigla em inglês), região fronteiriça entre os dois países. Os investimentos norte-americanos na Índia, portanto, fazem parte de uma tentativa de neutralizar a China na região, ao criar um equilíbrio de poder entre as duas potências asiáticas.

Como tal, têm-se que o fomento estadunidense à Índia enquanto liderança regional aliada no combate à China representa uma presença militar indiana maior no futuro, »

tanto no Indo-Pacífico quanto na LAC. No entanto, permanece incerto se tais investimentos e a estratégia

dos EUA no geral serão suficientes para a contenção da expansão chinesa na região.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p14-15.

Crise humanitária no Afeganistão e suas implicações regionais

Gabriela Santos

Afeganistão vem sofrendo um declínio econômico vertiginoso desde agosto de 2021, quando, após a retomada do regime Talibã no país, diversos países promoveram sanções econômicas, ruptura de relações diplomáticas, pausas em investimentos e congelaram ativos do Banco Central afegão em instituições financeiras no exterior. Esse isolamento político-econômico do emirado vem, então, ameaçando a sobrevivência da população e, com isso, surgem novos receios sobre a instabilidade regional, particularmente entre seus vizinhos imediatos. Nesse contexto, quais os desdobramentos da crise humanitária afegã para a segurança regional?

O dilema econômico do Afeganistão compromete a população com falta de recursos e insegurança alimentar — mais da metade da população afegã já necessita de assistência humanitária e aproximadamente 1 milhão de crianças correm o risco de morrer de desnutrição dada a continuidade da crise, segundo a UNICEF. Buscando escapar da miséria, assim como dos conflitos armados internos ainda correntes, muitos tentam migrar para países vizinhos, como Irã, Tajiquistão e Paquistão, que já têm recebido grande número de refugiados. Ao mesmo tempo, o Talibã vem limitando a movimentação dentro

do país e a saída para o exterior, o que aumenta a ação de contrabandistas em rotas irregulares e mais perigosas.

O deslocamento em massa de afegãos aos vizinhos é um fator preocupante. Os países da região alertam que não possuem capacidade para receber refugiados em grande escala, e aumentam a segurança de suas fronteiras. No entanto, também fazem esforços para contornar a situação e prevenir um cenário mais catastrófico. Paralelamente, a China irá sediar um encontro de segurança regional sobre o Afeganistão neste mês, ao lado de Irã, Paquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Assim, os países dialogarão sobre a crise humanitária e econômica que o emirado enfrenta, ao lado de líderes do Talibã.

O cenário demonstra que a crise do Afeganistão afeta fortemente seu entorno, enfatizando a estabilidade afegã como um importante fator de segurança não só interno, mas também para outros atores políticos. Nesse contexto, o entendimento dos países da região de que é necessário trabalhar com as autoridades afegãs é um passo importante para evitar o colapso total do sistema econômico do país e a subsequente tragédia humanitária. Por fim, há esperança de que os países vizinhos cheguem a resoluções que ajudem a estabilizar o Afeganistão e a região.

DOI 10.21544/2446-7014.n157.p15.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Austrália, China e a disputa pela primazia na Antártica Oriental

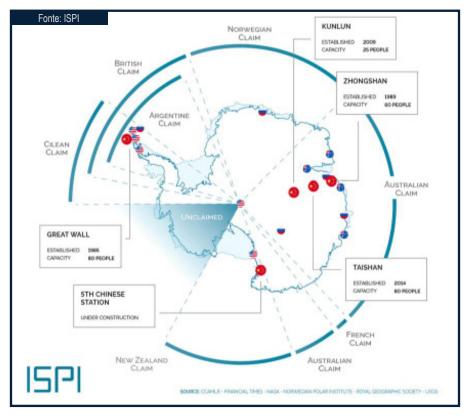
Reclamante da maior porção antártica, a Austrália viu suas reivindicações ameaçadas pelos investimentos chineses na região durante a última década. Com a construção da quinta estação de pesquisa chinesa e aeroporto próprio, o Primeiro-Ministro Australiano Scott Morrison anunciou a injeção de US\$ 804 milhões em seu programa antártico. Considerando o caráter científico e cooperativo do Tratado da Antártica, o que o avanço chinês representa para a Austrália na região?

Os investimentos australianos são uma adição ao Australian Antarctic Strategy and 20 Year Action Plan, documento de 2016 que traça uma linha de ação no continente, incluindo melhorias em sua infraestrutura e logística, a construção de um novo quebra-gelo (entregue em 2021) e pista de pouso própria. Os territórios reivindicados pelo país se encontram na porção oriental da Antártica, a qual tem sido alvo da maior parte das ações chinesas na região, inclusive com a proposta de uma área antártica especialmente administrada pela China na região do Domo A. Também se faz notar o influxo de investimentos e atenção especial que o país dispõe para o continente, incluindo-o em sua nova Rota da Seda Polar. Tais ações acendem o alerta vermelho de Camberra para o desequilíbrio de forças que se delineia entre as duas potências austrais.

Gabriele Hernández e Thayná Fernandes

Ambos os Estados possuíam um memorando de entendimento para cooperação antártica, firmado em 2014, porém, nos últimos anos, as duas nações vêm tendo frequentes embates diplomáticos: as pressões australianas por investigações sobre a pandemia de COVID-19 criaram rusgas que envolvem perdas econômicas significativas a Camberra. Entretanto, vale ressaltar, que a China precisa da Austrália para acessar algumas de suas estações de pesquisa. Ainda, o acordo do submarino de propulsão nuclear com Estados Unidos e Reino Unido reforçou a importância estratégica da região do Indo-Pacífico e do Mar do Sul da China aos australianos, demonstrando que o país vem se preparando para conseguir conter o avanço chinês também em território antártico.

Embora o Tratado da Antártica seja baseado na cooperação científica e promoção da paz, os Estados continuam a reforçar sua presença continental e, principalmente, aprimorar sua infraestrutura e logística regional. O avanço chinês representa perda de espaço para a Austrália, tanto em seus territórios reivindicados, quanto na capacidade de mantê-los sob sua proteção e vigilância, dentro dos termos do Tratado. Embora pouco provável, Camberra se prepara para um cenário no qual uma mudança estrutural no Tratado ocorra, e nesse caso, a China poderá obter vantagem.



DOI 10.21544/2446-7014.n157.p16.

ARTIGOS SELECIONADOS & NOTÍCIAS DE DEFESA

Por: CT Bruno Carvalho

► <u>Do we really know what war is anymore? — The Weaponisation of Everything: A Field Guide To The New Way of War by Mark Galeotti review</u>

ENGELSBERG IDEAS, Gill Bennett

- ► The Economic Weapon
 THE NEWS STATESMAN, Nicholas Mulder
- Space and Time SAM FREEDMAN, Lawrence Freedman
- ► <u>Understanding India and the UAE's abstentions over Ukraine</u> IISS, AUTHORS, Rahul Roy-Chaudhury e Emile Hokayem
- Venezuela's Crisis Could Be Another Casualty of Russia's Ukraine Invasion WORLD POLITICS REVIEW, Phil Gunson

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Raphaella Costa

MARÇO

Principais eventos de 10 a 17 de março

















REFERÊNCIAS

Relações estratégicas Argentina x China: Malvinas e • **Belt and Road**

espera receber aportes de US\$ 23,7 bi. O Globo, Rio de Janeiro, 06 fev. mar. 2022. 2022. Acesso em: 17 fev. 2022.

ELLIS, R. La presencia militar china en Latinoamérica. Latinoamérica21, [s.l], 13 dez. 2021. Acesso em: 17 fev. 2022.

Os desdobramentos geopolíticos da aliança sinocolombiana

PADILLA, J.; GUZMÁN, S. As China Eyes Colombia, the United States Is AWOL. Foreign Policy, Washington, 25 jan. 2022. Acesso em 3 mar. 2022. China completa um novo ano como o maior investidor asiático na Colômbia. Valora Analitik, Medellin, 08 fev. 2022, Acesso em 3 mar. 2022.

A paralisia do Corredor Interoceânico do México

CABRAL, V. Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec: megaprojeto de desenvolvimento do México e barreira de migrantes. GeoPUC - Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, v. 14, n. 27, p. 168-192, 2021. Acesso em: 17 fev. 2022.

Interoceánico. Proceso, Cidade do México, 12 fev. 2022. Acesso em: 17 fev. 2022.

Influências diretas e indiretas do Oceano Índico sob o continente africano

Indo-Pacific. The Conversation, Carlton, 28 fev. 2022. Acesso em 3 mar.

A enorme fenda que pode separar o Chifre da África do resto do continente. BBC, [s.l], 2 abr. 2018. Acesso dia 4 mar. 2022.

Como a guerra na Ucrânia pode ter virado a chave da política externa alemã

RATHKE, J. Putin Accidentally Started a Revolution in Germany. Foreign Policy, Washington, 27 fev. 2022. Acesso em: 04 mar. 2022.

UMBACK, F. What if Russia cuts off gas to Europe? Three scenarios. GIS, [s.l], 14 fev. 2022. Acesso em: 04 Mar. 2022.

A relevância geoestratégica turca no conflito entre Rússia e Ucrânia

LIECHTENSTEIN, M. Turkey: An important neighbor of Ukraine, GIS, [s.l], 10 fev. 2022 Acesso em: 03 mar. 2022.

Turkey Walks a Tightrope in the Russia-Ukraine Crisis. Geopolitical Futures, Austin, 02 mar. 2022. Acesso em: 03 mar. 2022.

Os cenários prospectivos da guerra entre Rússia e Ucrânia

MIROVALEV, M. Russia and Ukraine conflict explained: What you need to know. Al Jazeera, Doha, 16. dez. 2021. Acesso em: 16 dez. 2021. LANDALE, J. Guerra na Ucrânia: 5 possíveis desfechos para o conflito. BBC, [s.l], 4 mar. 2022. Acesso em: 04 mar. 2022.

A saída asiática para o mercado energético russo

WATKINS, S. Russia And China Ink Huge Oil Deals As Ukraine Tensions Soar, Oil Price, Rockville, 14 fev. 2022. Acesso em 04 mar. 2022. BRADSHER, K.; SWANSON, A.; Russia and China Cemented Economic Ties Before Ukraine Invasion. The New York Times, Beijing, 26 fev. 2022. Acesso em 04 mar. 2022

Azerbaijão: alternativa ao gás russo?

UNIÃO EUROPEIA. European Commission. Speech by President von der DUCHIADE, A. Argentina sela adesão à nova Rota da Seda da China e Leven at the Munich Security Conference 2022, 19 fev. 2022. Acesso em 04

> Southern Gas Corridor playing crucial role for Europe's energy security. Caspian Barrel, Baku, 13 jan. 2022. Acesso em 04 mar. 2022.

A Índia e a estratégia estadunidense para o Indo-**Pacífico**

RAJAGOPALAN, R. India's Place in the New US Indo-Pacific Strategy. The Diplomat, Arlington, 22 fev. 2022. Acesso em: 03 mar. 2022. THAKKER, A. A Rising India in the Indian Ocean Needs a Strong Navy. Centre for Strategic and Internacional Studies, Washington, 17 out. 2022. Acesso em 04 mar. 2022.

A crise no Afeganistão e suas implicações regionais

GUL, A. China to Host Afghanistan's Neighbors to Review Post-Taliban Situation. Voa News, Islamabad, 25 fev. 2022. Acesso em 04 mar. 2022. MOHAMMADI, A.; NGUYEN, H.; VALLENTINE, J. The impact of the Afghanistan crisis on migration: Increasingly securitized borders will only MATÍAS, P. Resistencia civil y crimen organizado ponen freno al Corredor make migration riskier and more dangerous. Mixed Migration Center, [s.l], 18 out. 2021. Acesso em 04 mar. 2022.

Austrália, China e a disputa pela primazia na Antártica **Oriental**

LIU, N. Is Australia's New Antarctica Funding Boost All About Countering WU, Y.; SCHOEMAN, M. African states need a vision for relations with the China?. The Diplomat, Washington, 23 fev. 2022. Acesso em: 04 mar. 2022. Australia wants 'eyes on Antarctica' with funding boost. RLT, Luxemburgo, 24 fev. 2022. Acesso em: 04 mar. 2022.

> Os mapas iniciais (pág 04 e 05) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

mapa intitulado "Principais Riscos Globais", exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Isadora Novaes e Vitória França

► ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO Crise estrutural: <u>Afghanistan: Taliban Threatening Provincial Media</u>. **Human Rights Watch**, 07 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BELARUS Tensão regional e crise migratória (NOVO EM ALTO RISCO): <u>Moscou anuncia corredores humanitários até Rússia e Belarus, mas Ucrânia rejeita</u>. **Folha de São Paulo**, 07 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BURKINA FASO Golpe de Estado: <u>West African leaders cancel Burkina Faso visit after military president's inauguration</u>. **Reuters**, 3 mar. 2022. Acesso: 06 mar. 2022.
- ETIÓPIA Conflito entre governo e forças insurgentes: <u>UN Asking for \$205 Million for Northern</u> Ethiopian Displaced. **VOA News**, 06 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- HAITI Crise estrutural: <u>Affaire Jovenel Moïse : Merlan Belabre, quatrième juge d'instruction en charge</u> de l'enquête. Le **Nouvelliste**, 04 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- IÊMEN Guerra civil e crise humanitária: <u>Chairman Tamdeen Youth Foundation briefs group twelve</u> humanitarian situation Yemen. **RelieWeb**, 02 mar. 22. Acesso em: 07 mar. 2022.
- LESTE EUROPEU Tensões com a Rússia e crise migratória (NOVO EM ALTO RISCO): <u>Tropas dos Estados Unidos serão enviadas para Leste Europeu em meio à crise na Ucrânia</u>. **CNN Brasil**, 02 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- LÍBANO: Crise estrutural: <u>Lebanon's swift devastating financial crisis leaves residents feeling no future</u>. **INews**, 06 mar. 22. Acesso em: 07 mar. 2022.
- MIANMAR Golpe militar: <u>ASEAN envoy plans maiden visit to Myanmar this month</u>. **Asia Nikke**i, 04 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- RÚSSIA Conflito Militar com a Ucrânia (NOVO NO MAPA): <u>Ukraine war: what we know on day 12 of the Russian invasion</u>. **The Guardian**, 07 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- SUDÃO Golpe de Estado: <u>news Sudanese protesters rally against coup in Khartoum</u>. **Africa News**, 01 de mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.

- UCR NIA Conflito Militar com a Rússia (NOVA LEGENDA): <u>Zelenskyy: Ukraine will not forgive</u> <u>Russia for invasion, shelling</u>. **Al Jazeera**, 07 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- VENEZUELA Crise estrutural: <u>US Officials Travel to Venezuela, a Russia Ally, as the West Isolates Putin</u>. **The New York Times**, 05 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.

► MÉDIO RISCO:

- GUINÉ Golpe de Estado: <u>Guinea: FNDC threatens demonstrations if junta stays in power</u>. **Africa News**, 02 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- LÍBIA Crise estrutural e tensão eleitoral (NOVA LEGENDA): <u>Libya crisis worsens as rival government takes oath</u>. **Reuters**, 03 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- MALI Instabilidade política: <u>Mali junta defaults on debt payment as sanctions bite</u>. **3News**, 2 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- MOÇAMBIQUE Conflito entre governo e forças insurgentes: <u>Moçambique: África do Sul alarga até abril destacamento das forças militares em Cabo Delgado</u>. **África 21 Digital**, 5 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- SÍRIA Insegurança regional: <u>13 soldiers killed in bus ambush in Syria's Homs: state media</u>. **Xinhua**, 07 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- SOMÁLIA Crise eleitoral e humanitária: <u>In Election Year, Somali Media Face Arrests, Harassment</u>. **VOA News**, 01 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.

► EM MONITORAMENTO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO Conflito em Nagorno-Karabakh: <u>Can Unesco end Nagorno Karabakh</u> conflict?. **The National Interest**, 27 fev. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- CHILE Crise migratória: <u>Chile construirá nueva zanja en la frontera con Bolivia para frenar migración</u>. **SwissInfo**, 05 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- COLÔMBIA Conflito de fronteira (NOVA LEGENDA) <u>ELN anuncia un alto al fuego durante las elecciones de Colombia</u>. **Crónica Uno**, 04 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- COREIA DO NORTE Crise de Mísseis (NOVO NO MAPA): North Korea launches 9th missile test of the year. CNN, 05 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- GOLFO DA GUINÉ Insegurança marítima conjuntural: <u>Danish withdrawal from Gulf of Guinea unlikely to change risk profile</u>. **Trade News**, 28 fev. 2022. Acesso em: 05 mar. 2022.
- GUINÉ BISSAU- Tentativa de Golpe de Estado: <u>After Guinea-Bissau's failed coup attempt, expect the government to reshuffle political elites</u>. **The Washington Post**, 04 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- IRÃ Negociações do acordo Nuclear: <u>Iran nuclear talks rocked by Russian demand for sanctions exemption</u>. **The Guardian**, 06 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- MAR DO SUL DA CHINA Exercícios navais e presença de potências extrarregionais: <u>China announces</u> South China Sea drills close to Vietnam coast. **Reuters**, 05 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- MÉXICO Crise migratória: <u>Migrants are dying along the route to their American Dream</u>. **CGTN America**, 06 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- NICARÁGUA Crise política: <u>Nicaragua tries, sentences more opposition leaders</u>. **ABC News**, 03 mar. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.
- TAIWAN Embate China-EUA: <u>Taiwan Is Rethinking Defense in Wake of Ukraine Invasion</u>. **Foreign Policy**, 28 fev. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.